

Cleize Kohls

Luiz Henrique Dutra

TRABALHO

TEORIA, PRÁTICA, PEÇAS E QUESTÕES

2ª FASE
EXAME DE ORDEM
PRÁTICA E TREINO

9ª

EDIÇÃO

revista,
atualizada e
ampliada

2025

 EDITORA
*Jus*PODIVM
www.editorajuspodivm.com.br

5

PETIÇÃO INICIAL

A petição inicial tem regramentos específicos na CLT, bem como disposições, que lhe são aplicáveis subsidiariamente, encontradas no CPC.

O artigo mais importante e que deve ser observado quando a questão tratar do assunto, ou na hora da elaboração de uma inicial é o art. 840:

Art. 840. A reclamação poderá ser escrita ou verbal.

§ 1º Sendo escrita, a reclamação deverá conter a designação do juízo, a qualificação das partes, a breve exposição dos fatos de que resulte o dissídio, o pedido, que deverá ser certo, determinado e com indicação de seu valor, a data e a assinatura do reclamante ou de seu representante.

§ 2º Se verbal, a reclamação será reduzida a termo, em duas vias datadas e assinadas pelo escrivão ou chefe de secretaria, observado, no que couber, o disposto no parágrafo anterior.

Como identificar que é uma reclamação trabalhista no enunciado?

- O enunciado dirá que você foi procurado pelo cliente.
- O enunciado mencionará um relato desse cliente, e vai orientar a adotar a medida judicial cabível.
- Normalmente não há indicação de número de processo (a menos que seja para narrar a existência de um processo que já foi arquivado ou que trata de outras questões).

Várias são as petições iniciais cabíveis na justiça do trabalho. Todas elas têm uma estrutura básica que deve ser observada.

⦿ Quais as petições iniciais já foram cobradas em exames anteriores da FGV?

- Reclamação Trabalhista;
- Ação de Consignação em Pagamento;
- Mandado de Segurança;
- Embargos de Terceiro.

5.1 RECLAMAÇÃO TRABALHISTA – PASSO A PASSO

⦿ ESTRUTURA BÁSICA

1. Endereçamento
2. Nome e qualificação do reclamante
3. Nome e fundamento da peça
4. Nome e qualificação da reclamada
5. Teses Distribuição por dependência/tramitação preferencial Mérito Tutela provisória Justiça gratuita Honorários de sucumbência
6. Pedidos e Requerimentos finais
7. Valor da Causa
8. Fechamento

Primeiramente é importante dizer que a peça deve ser elaborada com a análise dos seguintes artigos: **art. 319 do CPC e art. 840 da CLT.**

⊙ **Requisitos (estruturação básica):**

a) Endereçamento

A petição inicial deve ser endereçada para a **autoridade competente**. Ao autor cabe a indicação do juiz ou tribunal competente para processar e julgar a ação que é proposta, e para isso deve observar:

- 1) Se a ação vai ser ajuizada na Vara ou em um Tribunal;
- 2) A competência territorial – **art. 651 da CLT**.

✎ **Exemplos:**

Competência da VARA:

Ao Juízo da...Vara do Trabalho de...

Competência originária do TRT:

Excelentíssimo Senhor Desembargador Presidente do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho

b) Qualificação das partes

Três situações podem acontecer:

- 1ª. os dados são fornecidos pelo enunciado Æ nesse caso deve-se utilizar tais dados na elaboração da peça.
- 2ª. não há indicação de nenhum dado Æ nesse caso deve-se colocar de forma genérica, podendo ser feita da seguinte forma:

Cada item de qualificação seguido de ...

Ex.: CARMELINDA, nacionalidade..., estado civil..., profissão..., RG..., CPF..., CTPS..., PIS..., residente e domiciliada na Rua..., número..., bairro..., cidade..., Estado., CEP..., email...

Colocar o termo: *qualificação completa..., endereço completo...*

- 3ª. alguns dados são fornecidos no enunciado, outro não são apontados ➔ nesse caso, deve-se colocar os dados fornecidos e os demais colocar de forma genérica.

Se for necessário qualificar **mais de um reclamante ou reclamada**, deve-se fazer da seguinte maneira:

NOME, qualificação completa... e endereço completo..., e NOME, qualificação completa... e endereço completo....

c) Questões processuais prévias

Deve-se inicialmente verificar a necessidade de alegação, por exemplo, da necessidade de

tramitação preferencial (pessoa idosa, doença grave etc.).

Caso o enunciado mencione sobre a passagem pela CCP, o examinando poderá fazer uma preliminar informando tal fato. Mas, lembre-se que a passagem pela CCP é uma faculdade conforme já decidiu o STF (ADI 2139 e ADI 2160).

Pessoa Idosa: + 60 anos – Fundamento: Estatuto da Pessoa Idosa (Lei nº 10.741/2003), arts. 71 e 1.048, I, do CPC.

É assegurada **prioridade na tramitação** dos processos e procedimentos e na execução dos atos e diligências judiciais em que figure como parte ou interveniente pessoa com idade **igual ou superior a 60 (sessenta) anos**, em qualquer instância.

Dissídio sobre salário (exclusivamente) e Falência do empregador – Fundamento: art. 652, par. ún., CLT.

Terão preferência para julgamento, os **dissídios sobre pagamento de salário e aqueles que derivarem da falência do empregador**, podendo o Presidente da Junta, a pedido do interessado, constituir processo em separado, sempre que a reclamação também versar sobre outros assuntos.

Portador de doença grave – Fundamento art. 1.048, I, CPC.

Terão prioridade de tramitação, em qualquer juízo ou tribunal, os procedimentos judiciais: em que figure como parte ou interessado pessoa portadora de doença grave, assim compreendida qualquer das enumeradas no art. 6º, inciso XIV, da Lei nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988.

Pessoa com deficiência – Fundamento: art. 9º, VII da Lei nº 13.146/2015.

A pessoa com deficiência tem direito a receber atendimento prioritário, sobretudo com a finalidade de tramitação processual e procedimentos judiciais e administrativos em que for parte ou interessada, em todos os atos e diligências.

Adolescente – art. 1.048, II do CPC, art. 4º do ECA e 227 da CF.

Também pode ser requerida a distribuição por dependência/prevenção do juízo – art. 286 do CPC.

d) Mérito

No mérito serão tratados os fatos e fundamentos que respaldam os pedidos. Uma sugestão recomendada é dividir em tópicos, pois facilita a identificação pelo corretor e demonstra organização lógica da peça.

- **Breve exposição dos fatos** (Ex.: Do contrato de trabalho: relatar as datas de contratação e demissão, o valor do salário, a quantidade de horas realizadas por semana ou mês).
- **Fundamentos** (sempre buscar os fundamentos, pois há pontuação para a identificação de artigos, súmulas e OJs que respaldam a tese levantada).
- **Conclusão** – pedido.

✦ Exemplificando:

<p>TÍTULO DA TESE = TEMA CENTRAL</p>	↔	<p>DAS HORAS EXTRAS</p> <p>Carmelinda laborava das 8h às 18h, com uma hora de intervalo de segunda à sexta, e das 8h às 12h no sábado.</p> <p>Em razão disso, Carmelinda excedia sua jornada diária em 1 (uma) hora, pois o art. 58 da CLT e o art. 7º, XIII da CF, limitam a duração do trabalho diário em 8 horas, sendo que Carmelinda laborava 9h por dia de segunda à sexta.</p> <p>Diante disso, requer a condenação da reclamada ao pagamento de 1 hora extra de segunda à sexta-feira, com adicional de 50%, conforme prevê o art. 59, § 1º da CLT, com os correspondentes reflexos.</p>
<p>FATO = INFORMAÇÕES DO ENUNCIADO</p>	↔	
<p>FUNDAMENTOS = ARTIGOS, SÚMULAS, OJS</p>	↔	
<p>CONCLUSÃO = PEDIDOS</p>	↔	

⊙ TUTELA PROVISÓRIA/LIMINAR

Quando houver perigo de dano grave e de difícil reparação.

Ex.: reintegração, transferência, FGTS, seguro-desemprego. Nesse caso, temos aplicação subsidiária do CPC (art. 769 da CLT).

A **TUTELA PROVISÓRIA** pode fundar-se em **URGÊNCIA OU EVIDÊNCIA** (art. 294 do CPC).

Conforme o art. 300, a **TUTELA DE URGÊNCIA** será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo.

O CPC também estabelece que nos casos em que a urgência for contemporânea à

propositura da ação, a petição inicial pode limitar-se ao requerimento da tutela antecipada e à indicação do pedido de tutela final, com a exposição da lide, do direito que se busca realizar e do perigo de dano ou do risco ao resultado útil do processo (art. 303).

Já a tutela de evidência vem disciplinada no art. 311, que estabelece que ela será concedida, **independentemente** da demonstração de perigo de dano ou de risco ao resultado útil do processo, quando:

I – ficar caracterizado o abuso do direito de defesa ou o manifesto propósito protelatório da parte;

II – as alegações de fato puderem ser comprovadas apenas documental e houver tese firmada em julgamento de casos repetitivos ou em súmula vinculante;

III – se tratar de pedido reipersecutório fundado em prova documental adequada do contrato de depósito, caso em que será decretada a ordem de entrega do objeto custodiado, sob cominação de multa;

IV – a petição inicial for instruída com prova documental suficiente dos fatos constitutivos do direito do autor, a que o réu não oponha prova capaz de gerar dúvida razoável.

Parágrafo único. Nas hipóteses dos incisos II e III, o juiz poderá decidir liminarmente.

Na CLT também encontramos no **art. 659, IX e X, da CLT** que o juiz poderá:

IX – conceder medida liminar, até decisão final do processo, em reclamações trabalhistas que visem a tornar sem efeito transferência disciplinada pelos parágrafos do artigo 469 desta Consolidação.

X – conceder medida liminar, até decisão final do processo, em reclamações trabalhistas que visem reintegrar no emprego dirigente sindical afastado, suspenso ou dispensado pelo empregador.

Também podem ser pedidos na inicial, fazendo-se a respectiva tese:

- **JUSTIÇA GRATUITA:** Quando o enunciado der informações sobre o preenchimento dos requisitos. **Art. 790, §§ 3º e 4º, da CLT.**

✦ Exemplificando:

DA JUSTIÇA GRATUITA

A reclamante recebe apenas um salário mínimo. Em razão disso, nos termos do **art. 790, § 3º, da CLT**, preenche o requisito para a concessão do benefício da justiça gratuita, já que recebe menos de 40% do teto dos benefícios da previdenciária social. Diante disso, requer a concessão do benefício da justiça gratuita.

- **HONORÁRIOS DE SUCUMBÊNCIA:** Sempre pedir nas petições iniciais. **Art. 791-A da CLT.**

✦ **Exemplificando:**

DOS HONORÁRIOS DE SUCUMBÊNCIA

Por fim, requer a condenação da reclamada ao pagamento de honorários de sucumbência, os quais devem ser fixados observando-se os parâmetros do **art. 791-A da CLT.**

e) Pedidos e Requerimentos Finais

Dos pedidos: é necessário colocar os pedidos de forma certa, determinada e com a quantificação dos pedidos.

Deve-se repetir de forma objetiva todos os pedidos que foram realizados ao longo da peça (em cada tese).

✦ **Exemplificando:**

Diante do exposto, requer:

- a) A condenação da reclamada ao pagamento de ... horas extras, com adicional de 50%, no valor de R\$...
- b) A condenação da reclamada ao pagamento de diferença salarial por equiparação salarial, no valor de R\$...

Dos requerimentos finais: sempre se deve pedir a notificação da reclamada, a produção de provas e a procedência dos pedidos.

✦ **Exemplificando:**

Diante do exposto, requer:

- a) A notificação da reclamada para, querendo, comparecer em audiência e apresentar resposta a presente reclamação;
- b) A produção de todos os meios de prova em direito;
- c) A procedência de todos os pedidos, com a condenação da reclamada ao pagamento das verbas pleiteadas, acrescidas de juros e correção monetária.

f) Valor da causa

No CPC encontramos que, a toda causa será atribuída valor certo, ainda que não tenha conteúdo econômico imediatamente aferível (art. 291).

O art. 292 estabelece os critérios para estabelecer o valor da causa, devendo ser destacado que na ação indenizatória, inclusive a fundada em dano moral, o valor pretendido.

Ademais, lembre-se que o valor da causa define o rito.

g) Fechamento

No fechamento devemos colocar apenas a indicação do local, data, advogado e OAB. Mas sem criar dados que não foram fornecidos pelo edital.

⌚ **Atenção!**

- Não colocar seu nome ou qualquer dado que possa identificar a peça. Lembre-se das regras do edital.

Nestes termos,
pede deferimento.
Local..., data...

Advogado...
OAB ...

5.2 MODELO DE RECLAMAÇÃO TRABALHISTA

AO JUÍZO DA ... VARA DO TRABALHO DE ...-....

(deixar algumas linhas em branco, poucas para não perder espaço).

NOME DO RECLAMANTE, nacionalidade..., estado civil..., profissão... RG..., CPF..., CTPS..., PIS..., residente e domiciliado na Rua ..., nº..., bairro..., cidade..., Estado..., CEP..., e-mail..., vem perante esse juízo, por seu advogado que subscreve (procuração em anexo), com fulcro no art. 840, § 1º, da CLT, propor

RECLAMAÇÃO TRABALHISTA, pelo rito ...

Em face de NOME DA RECLAMADA, pessoa jurídica de direito..., inscrita nº CNPJ no ..., estabelecida na rua ..., nº..., bairro..., cidade ..., CEP ..., pelas razões de fato e de direito que passa expor:

DA PRIORIDADE DE TRAMITAÇÃO (exemplo)

Fato (informação do enunciado), fundamento (fundamentação jurídica) e pedido.

MÉRITO

DO VÍNCULO DO EMPREGADO (exemplo)

Fato (informação do enunciado), fundamento (fundamentação jurídica) e pedido.

DAS VERBAS RESCISÓRIAS (exemplo)

Fato (informação do enunciado), fundamento (fundamentação jurídica) e pedido.

DA MULTA DO ART. 467 DA CLT (exemplo)

Fato (informação do enunciado), fundamento (fundamentação jurídica) e pedido.

DA MULTA DO ART. 477 (exemplo)

Fato (informação do enunciado), fundamento (fundamentação jurídica) e pedido.

DA JUSTIÇA GRATUITA (exemplo)

Fato (informação do enunciado), fundamento (fundamentação jurídica) e pedido.

DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS DE SUCUMBÊNCIA (exemplo)

Fato (informação do enunciado), fundamento (fundamentação jurídica) e pedido.

DOS PEDIDOS E REQUERIMENTOS FINAIS

Diante do exposto, reclama:

- a) colocar cada pedido de forma certa, determinada, e com valor de R\$....

Por fim, requer:

- a) A notificação da reclamada para comparecer em audiência e apresentar resposta à presente reclamação trabalhista, sob pena de revelia;
- b) A produção de todas as provas em direito admitidas;
- c) A procedência dos pedidos, com a condenação da reclamada ao pagamento de todas as verbas postuladas, acrescidas de juros e correção monetária e honorários de sucumbência, nos termos do art. 791-A da CLT.

Valor da causa: R\$....

Nestes termos, pede deferimento.

Local...Data...

Advogado...

OAB...

enlutada, afirmando que fora casada com Romeu Diamante por 27 anos e que não tiveram filhos. Explicou, ainda, que seu esposo falecera em consequência de um acidente de trabalho, em 25 de fevereiro de 2024, aos 60 anos de idade, dias após retornar de suas férias. O inquérito policial instaurado apontou negligência da sociedade empresária como causa da morte. Seu finado esposo era empregado da sociedade empresária Distribuidora Capuleto Ltda. desde 25 de janeiro de 2018, na qual exercia a função de estoquista e fazia a separação da carga que era transportada nos caminhões para os clientes. A sociedade empresária está localizada em Osasco, no Estado de São Paulo, mesmo Município onde o casal vivia.

Julieta explicou que seu finado marido recebia o equivalente a dois salários mínimos por mês e não teve a carteira profissional assinada, a despeito de trabalhar de segunda a sexta-feira e cumprir jornada das 9 às 18 horas, com intervalo de uma hora para refeição.

Depois do falecimento, nada foi pago a Julieta que até procurou a sociedade empresária para receber alguma importância, sem sucesso. Tentou ainda receber documentos de um seguro de vida que a sociedade empresária deveria fazer, mas foi comunicada que ela passava por dificuldades financeiras desde a pandemia e, por isso, não contratou o seguro. Além disso, Julieta não conseguiu se habilitar para receber a pensão por morte do INSS, em razão da ausência de oficialização do contrato de trabalho na CTPS e, consequentemente, do recolhimento da contribuição previdenciária. Julieta explica que teve de pegar dinheiro emprestado com familiares para pagar o enterro (total de R\$ 1.000,00 (mil reais)) e agora está em franco desespero porque, com o falecimento de seu esposo, começou a passar dificuldades financeiras, uma vez que sempre foi dona de casa, tem 62 anos de idade, e todos os gastos eram arcados pelo falecido.

Julieta lhe entregou os seguintes documentos: a certidão de óbito, na qual consta como declarante Julieta e que o falecido não deixou filhos; a cópia integral do inquérito policial, no qual a conclusão da autoridade policial é de que a sociedade empresária empilhou inadequadamente material pesado que tomou e vitimou Romeu, encontrado pelos bombeiros sem vida embaixo do entulho e vestindo o uniforme com o logotipo da sociedade empresária Distribuidora Capuleto Ltda.; o extrato bancário da conta do falecido dos últimos 12 meses, no qual consta, no dia 5 de todos os meses, transferência bancária correspondente a 2 salários mínimos feita pela Distribuidora Capuleto Ltda.; o recibo de R\$ 1.000,00 (mil reais) relativo aos gastos com caixão, flores e missa em uma funerária local; a convenção coletiva da categoria do falecido, vigente de março

5.3 FAZENDO JUNTOS RECLAMAÇÃO TRABALHISTA

■ Enunciado do 40º Exame:

Julieta Safira, brasileira, viúva, dona de casa, procurou você, como advogado, em abril de 2024, ainda

de 2023 a fevereiro de 2025, na qual consta, na cláusula 37, a obrigação dos empregadores contratarem, às custas deles, seguro de vida e acidentes pessoais para seus empregados com prêmio de, no mínimo, R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais) em caso de morte e R\$ 10.000,00 (dez mil reais) em caso de invalidez permanente; o termo de inventariante judicial assumido por Julieta no inventário aberto para adjudicação de um automóvel do ano 2012, único bem deixado pelo falecido, cujo valor estimado é de R\$ 18.000,00 (dezoito mil reais).

Considerando que Julieta procurou você, como advogado(a), para pleitear os direitos lesados,

informando que se encontra em precária situação financeira, elabore a peça processual pertinente. (Valor: 5,00)

Obs.: A peça deve abranger todos os fundamentos de Direito que possam ser utilizados para dar respaldo à pretensão. A simples menção ou transcrição do dispositivo legal não confere pontuação.

Nos casos em que a lei exigir liquidação de valores, o examinando deverá representá-los somente pela expressão “R\$”, admitindo-se que o escritório possui setor próprio ou contratado especificamente para tal fim.

✓ Resolução do 40º Exame

AO JUÍZO DA ... VARA DO TRABALHO DE OSASCO/SP.

ESPÓLIO DE ROMEU DIAMANTE, representado pela inventariante, JULIETA SAFIRA, brasileira, viúva, dona de casa, CPF..., RG..., residente e domiciliada na Rua..., nº..., bairro..., Osasco/SP OU JULIETA SAFIRA, brasileira, viúva, dona de casa, CPF..., RG..., residente e domiciliada na Rua..., nº..., bairro..., Osasco/SP, vem perante esse juízo, através de seu procurador (procuração em anexo, endereço completo...) e com fundamento no artigo 840, § 1º da CLT, propor

RECLAMAÇÃO TRABALHISTA, pelo rito ...

Em face da sociedade empresária DISTRIBUIDORA CAPULETO LTDA, qualificação completa..., endereço completo..., aduzindo a matéria de fato e de direito a seguir:

DA TRAMITAÇÃO PREFERENCIAL DO FEITO

A autora é pessoa idosa, atualmente com 62 anos, razão pela qual requer, com fundamento no art. 1048, I do CPC e Art. 71 da Lei 10.741/03, a prioridade de tramitação do feito.

DA JUSTIÇA GRATUITA

A autora é dona de casa e o espólio deixou bem de pequeno valor, preenchendo o requisito para a concessão do benefício da justiça gratuita, conforme art. 790, §3 e §4 da CLT. Diante do exposto, requer a concessão do benefício da justiça gratuita.

DO RECONHECIMENTO DO VÍNCULO DE EMPREGO

O finado esposo da autora era empregado da sociedade empresária Distribuidora Capuleto Ltda. desde 25 de janeiro de 2018, na qual exercia a função de estoquista e fazia a separação da carga que era transportada nos caminhões para os clientes.

Porém, ele não teve o vínculo de emprego reconhecido com a devida anotação da CTPS, embora estivessem preenchidos todos os requisitos do vínculo de emprego, estabelecidos no art. 3º da CLT, pois ele recebia o equivalente a dois salários mínimos por mês (conforme extrato bancário da conta do falecido dos últimos 12 meses, no qual consta, no dia 5 de todos os meses, transferência bancária correspondente a 2 salários mínimos feita pela Distribuidora Capuleto Ltda.), trabalhava de segunda a sexta-feira e cumpria jornada das 9 às 18 horas, com intervalo de uma hora para refeição.

Diante do exposto, requer o reconhecimento do vínculo empregatício e a anotação na CTPS, conforme estabelecem os Art. 3º e o Art. 29, ambos da CLT.

DAS VERBAS RESCISÓRIAS

Depois do falecimento, nada foi pago para Julieta, que até procurou a sociedade empresária para

receber alguma importância, sem sucesso. Assim, em razão da ruptura contratual, requer as verbas pela extinção do contrato (saldo salarial de fevereiro de 2024, proporcionais de 13º salário e férias com 1/3) e, ainda, o FGTS e multa do Art. 477 § 8º, da CLT.

DO ACIDENTE DE TRABALHO E RESPONSABILIDADE DO EMPREGADOR

O esposo da autora faleceu em consequência de um acidente de trabalho, em 25 de fevereiro de 2024, aos 60 anos de idade. O inquérito policial instaurado apontou negligência da sociedade empresária como causa da morte (cópia integral do inquérito policial em anexo, no qual a conclusão da autoridade policial é de que a sociedade empresária empilhou inadequadamente material pesado que tombou e vitimou Romeu, encontrado pelos bombeiros sem vida embaixo do entulho e vestindo o uniforme com o logotipo da sociedade empresária Distribuidora Capuleto Ltda.).

Assim, o evento caracteriza-se como acidente de trabalho, nos termos do Art. 19 da Lei 8.213/91, devendo ser estabelecida a consequente responsabilidade do empregador em reparar os danos causados:

DANO MATERIAL

DANO EMERGENTE

A autora teve de pagar dinheiro emprestado com familiares para pagar o enterro no total de R\$ 1.000,00 (mil reais) - conforme recibo anexo relativo aos gastos com caixão, flores e missa em uma funerária local. Assim, com fundamento no art. 186, art. 927 e art. 949 do CC, requer seja a reclamada condenada a pagar indenização pelo dano emergente sofrido.

SEGURO DE VIDA

A autora tentou receber documentos de um seguro de vida que a sociedade empresária deveria fazer, mas foi comunicada que ela passava por dificuldades financeiras desde a pandemia e, por isso, não contratou o seguro. Ressalta-se que, conforme a convenção coletiva da categoria do falecido, vigente de março de 2023 a fevereiro de 2025, consta, na cláusula 37, a obrigação dos empregadores contratarem, às custas deles, seguro de vida e acidentes pessoais para seus empregados com prêmio de, no mínimo, R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais) em caso de morte e R\$ 10.000,00 (dez mil reais) em caso de invalidez - documento anexo. Assim, com fundamento no art. 186, art. 927 e art. 949 do CC, requer seja a reclamada condenada a pagar indenização pelo seguro de vida.

PENSÃO POR MORTE

Além disso, a autora não conseguiu se habilitar para receber a pensão por morte do INSS, em razão da ausência de oficialização do contrato de trabalho

na CTPS e, conseqüentemente, do recolhimento da contribuição previdenciária. Assim, com fundamento no art. 186, art. 927 e art. 949 do CC, requer seja a reclamada condenada a pagar indenização compensatória da pensão previdenciária por morte

PENSÃO MENSAL

A autora dependia financeiramente do falecido, assim, com fundamento art. 948, I do CC, requer o pagamento de pensão mensal vitalícia ou em cota única.

DANO MORAL

Por fim, dano moral em razão da morte do marido, sendo comprovada a responsabilidade da empresa, nos termos do Arts. 223-B, 223-C ou 223-G, todos da CLT ou 186 ou 927 ou 944 do CCB. Assim, requer o pagamento indenização pelo dano moral sofrido.

DOS HONORÁRIOS DE SUCUMBÊNCIA

Ao final, requer seja a reclamada condenada ao pagamento de honorários de sucumbência, conforme previsão do art. 791-A da CLT.

DOS PEDIDOS E REQUERIMENTOS FINAIS

Diante do exposto, requer:

- a. O reconhecimento do vínculo empregatício com a anotação da CTPS;
- b. O pagamento das verbas rescisórias, no valor de R\$...;

- c. O reconhecimento do evento como acidente de trabalho, e a conseqüente responsabilização do empregador;
- d. A condenação da reclamada ao pagamento de indenização pelo gasto com o enterro, no valor de R\$...; seguro de vida, no valor R\$...; pensão previdenciária, no valor R\$...; e pensão mensal vitalícia, no valor de R\$...;
- e. A condenação da reclamada ao pagamento de indenização pelo dano material sofrido, no valor de R\$...;

Por fim, requer:

- a) A tramitação preferencial do feito;
- b) a notificação da reclamada, para, querendo, comparecer em audiência e responder por todos os atos e termos da presente ação, sob pena de confissão e revelia;
- c) a concessão do benefício da justiça gratuita;
- d) a total procedência da demanda com a condenação da reclamada em todos os pedidos formulados na exordial, com juros e correção monetária;
- e) a produção de todas as provas em Direito admitidas;
- f) a condenação da reclamada ao pagamento de honorários de sucumbência, nos termos do art. 791-A da CLT;

Valor da causa R\$...

Nestes termos, Pedo deferimento.

Local..., data....

Advogado ...OAB ...

✓ **Espelho da peça**

Distribuição dos Pontos

ITEM	PONTUAÇÃO
1. Peça no formato de reclamação trabalhista endereçada ao juízo da Vara do Trabalho de Osasco/SP (0,10). Indicação do Art. 840, § 1, da CLT (0,10).	0,00/0,10/0,20
Partes	
2. Qualificação da parte autora - Espólio de Romeu Diamante OU Julieta Safira (0,10) e da reclamada Distribuidora Capuleto Ltda. (0,10).	0,00/0,10/0,20
Gratuidade de justiça e prioridade	
3. Requerer gratuidade de justiça (0,10). Indicação Art. 790, § 3º, ou § 4º, da CLT (0,10).	0,00/0,10/0,20
4. Requerer prioridade na tramitação por se tratar de idosa (0,10). Indicação do Art. 1048 do CPC ou Art. 71 da Lei 10.741/03 (0,10).	0,00/0,10/0,20
Vínculo e verbas pela extinção	
5. Reconhecimento do vínculo empregatício ou anotação da CTPS (0,40). Indicação do Art. 3º ou Art. 29, ambos da CLT (0,10).	0,00/0,40/0,50
6. Verbas devidas - saldo salarial (0,10), 13º salário proporcional (0,10), férias proporcionais (0,10), FGTS (0,10) e multa do Art. 477, § 8º, da CLT (0,10).	0,0/0,10/0,20/0,30/ 0,40/0,50
Dano Patrimonial (material)	
7. Indenização pelo gasto com o enterro (0,50).	0,00/0,50
8. Indenização pelo seguro de vida (0,50).	0,00/0,50
9. Indenização pela pensão previdenciária por morte (0,50).	0,00/0,50
10. Pensão a cargo do empregador (mensal ou em parcela única) (0,50).	0,00/0,50
11. Indicação do Art. 186, ou do Art. 927 ou 948, inciso I ou Art. 949, todos do CCB (0,10).	0,00/0,10
Dano Extrapatrimonial	
12. Indenização por dano moral (pelo acidente do trabalho) (0,40). Indicação do Arts. 223-B, 223-C ou 223-G, todos da CLT ou 186 ou 927 ou 944 do CCB (0,10).	0,00/0,40/0,50
Honorários advocatícios	
13. Requerer honorários advocatícios (0,30). Indicação do Art. 791-A da CLT (0,10).	0,0/0,30/0,40
Encerramento	
14. Procedência dos pedidos, estimados com a indicação "R\$" (0,10).	0,00/0,10
15. Data, local, advogado(a) e OAB (0,10).	0,00/0,10

6

AÇÕES DE PROCEDIMENTOS ESPECIAIS

6.1 AÇÃO DE CONSIGNAÇÃO EM PAGAMENTO

A consignação é o instrumento do direito material destinado a solução de obrigações, é aplicado subsidiariamente ao direito do trabalho por força do art. 769 da CLT.

Encontramos a fundamentação tanto no CPC como no CC: **arts. 539 a 549 CPC; arts. 334 a 345 CC.**

Quando se deve utilizar a ação de consignação?

I – se o credor não puder, ou, sem justa causa, recusar receber o pagamento, ou dar quitação na devida forma;

II – se o credor não for, nem mandar receber a coisa no lugar, tempo e condição devidos;

III – se o credor for incapaz de receber, for desconhecido, declarado ausente, ou residir em lugar incerto ou de acesso perigoso ou difícil;

IV – se ocorrer dúvida sobre quem deva legitimamente receber o objeto do pagamento;

V – se pender litígio sobre o objeto do pagamento.

No CPC encontramos:

Art. 539. Nos casos previstos em lei, poderá o devedor ou terceiro requerer, com efeito de pagamento, a consignação da quantia ou da coisa devida.

(...)

Art. 542. Na **petição inicial**, o autor **requererá**:

I – o **depósito da quantia ou da coisa devida**, a ser efetivado no prazo de 5 (cinco) dias contados do deferimento, ressalvada a hipótese do art. 539, § 3º;

II – a **citação do réu para levantar o depósito ou oferecer contestação**. (...)

Art. 544. Na **contestação**, o réu poderá alegar que:

I – não houve recusa ou mora em receber a quantia ou a coisa devida;

II – foi justa a recusa;

III – o depósito não se efetuou no prazo ou no lugar do pagamento;

IV – o depósito não é integral.

⦿ Estrutura básica

➤ ESTRUTURA BÁSICA

Endereçamento: Vara do Trabalho do Local da Prestação de Serviços
Nome e Qualificação da Consignante
Nome da Ação e Fundamento
Nome e Qualificação do Consignatário
Teses: fatos e fundamentos (parcelas que são consignadas)
Pedidos: citação, provas, procedência;
Valor da Causa: Valor consignado
Fechamento

6.1.1 Modelo de Consignação em Pagamento

AO JUÍZO DA ... VARA DE TRABALHO DE...

NOME DO CONSIGNANTE, qualificação e endereço completo..., vem perante esse juízo, por seu advogado (procuração em anexo,)

com fundamento no art. 539 do CPC, propor

AÇÃO DE CONSIGNAÇÃO EM PAGAMENTO

Em face de NOME DO CONSIGNATÁRIO, qualificação e endereço completo...,

pelas razões de fato e de direito que passa expor:

I – DOS FATOS

Relatar o caso e a recusa ou dúvida para pagamento.

II – MÉRITO – VALORES E COISAS CONSIGNADAS

Fatos, Fundamento e Pedidos.

III – HONORÁRIOS DE SUCUMBÊNCIA

IV – DOS PEDIDOS

Diante do exposto, requer:

- a) A notificação do consignatário para comparecer em audiência e levantar o depósito...
- b) A produção de todas as provas em direito admitidas ...
- c) Seja julgada procedente a ação para deferimento do depósito do valor...com a declaração da extinção da obrigação e a condenação do consignatário em honorários de sucumbência nos termos do art. 791-A da CLT.

Valor da Causa: R\$....

Nestes termos,
pede deferimento.

Local..., Data...

Advogado...

OAB...

6.1.2 Fazendo juntos uma Ação de Consignação – como já foi cobrado

- **XXIX Exame**

- **Enunciado:**

A sociedade empresária Ômega S.A., estabelecida em Campinas, dedica-se à construção civil. Ela contratou o empregado João da Silva, em 05/01/2018, para exercer a função de pedreiro. Contudo, diante da necessidade de redução do seu quadro de pessoal, concedeu-lhe aviso-prévio, em 10/10/2018, na forma indenizada. João ficou muito triste com a situação e ainda tentou apelar junto à direção da sociedade empresária para que não fosse dispensado, pois tinha esposa e dois filhos menores para criar. Porém, não só motivado pela crise, mas também porque o trabalho de João não se mostrava de boa qualidade, a sociedade empresária manteve a extinção, tal qual havia manifestado originalmente. Foi marcado, então, o dia 15/10/2018 para o pagamento das verbas rescisórias devidas e a entrega dos documentos hábeis para o requerimento de outros direitos, no próprio local de trabalho, oportunidade na qual o trabalhador faria, também, a retirada dos seus pertences pessoais. Ocorre que, nesse dia, a sociedade empresária não tinha em caixa o dinheiro suficiente para realizar a quitação do devido e, por isso, pediu desculpas a João, anotou a dispensa na sua CTPS e solicitou que ele retornasse 60 dias após,

para que fossem feitos o pagamento e a retirada dos pertences. No dia marcado, João não compareceu. A sociedade empresária tentou contato telefônico e foram enviados dois telegramas para o endereço informado por ele na ficha de registro de empregados, mas tudo em vão. Até mesmo os ex-colegas de trabalho enviaram mensagens para o Facebook de João, na tentativa de fazê-lo ir à sociedade empresária para o acerto de contas, mas igualmente não houve sucesso. Sabe-se, contudo, que João continua desempregado. No vestiário da sociedade empresária, no armário anteriormente usado por João, foram encontradas algumas fotografias dele com a esposa e uma camisa do seu time de futebol. Diante disso, a sociedade empresária procura você para, na condição de advogado(a), adotar as medidas judiciais cabíveis para a espécie.

Observando o tempo já decorrido, elabore a peça necessária à defesa dos interesses da sociedade empresária, considerando todos os direitos previstos na legislação trabalhista. (Valor: 5,00)

Obs.: a peça deve abranger todos os fundamentos de Direito que possam ser utilizados para dar respaldo à pretensão. A simples menção ou transcrição do dispositivo legal não confere pontuação.

Nos casos em que a lei exigir liquidação de valores, não será necessário que o examinando a apresente, admitindo-se que o escritório possui setor próprio ou contratado especificamente para tal fim.

PEÇA PROFISSIONAL 1/5

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	